



INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERCEÇÃO DE CONDUTORES DE PASSAGEIROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Carla Adriana Vieira do Nascimento¹
Cristina Gomes da Silva²
Mariane Sarmiento da Silva Guimarães³
Rosilene Rodrigues Prado⁴

Eixo: Experiências Pedagógicas e Institucionais em Educação Especial
Comunicação Oral

RESUMO

Introdução: O Núcleo de Inclusão Social da Universidade Federal do Pará foi criado para garantir as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência em suas atividades acadêmicas, desse modo, acredita-se que todos, docentes e servidores, devem estar envolvidos no processo de inclusão desses alunos, sendo a capacitação uma das estratégias, para que possam compreender as demandas do universitário com deficiência, e desmistificar mitos ainda presentes no cotidiano dos indivíduos. **Objetivo:** Conhecer a percepção dos condutores de passageiros a respeito do curso de formação continuada sobre pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter transversal, descritiva e de campo. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário semiestruturado, direcionados para 08 motoristas dos veículos da UFPA que participaram do curso de formação continuada para o transporte de passageiros com deficiência e mobilidade reduzida, pelo Núcleo de Inclusão Social. **Discursão:** O estudo identificou a dificuldade dos motoristas no atendimento e relacionamento com pessoas com deficiência, porém as informações ministradas e a prática vivenciada no curso trouxeram benefícios aos condutores. **Conclusão:** A formação continuada constitui-se em um campo de reflexão e de trabalho em conjunto de todas as partes para que a inclusão esteja de fato presente no cotidiano da universidade.

¹ Bolsista do Núcleo de Inclusão Social, discente do curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Pará.

² Bolsista da Pró-Reitoria de Extensão, discente do curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Pará.

³ Mestre e Doutoranda em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Coord. do Setor de Deficiência Física e Múltipla do Núcleo de Inclusão Social, Docente da Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional na Universidade Federal do Pará.

⁴ Professora e Mestre em Teoria e Pesquisa do comportamento (PPGTPC-UFPA). Coordenadora Técnica do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Social da Universidade Federal do Pará (NISPROEG-UFPA). Especialista em Gestão Pública e Políticas do desenvolvimento Regional (NAEA). Graduada em Psicologia (UNAMA). E-mail: rosipradopsi@gmail.com



Palavras chaves: Formação continuada. Pessoa com Deficiência. Terapia Ocupacional.

INTRODUÇÃO

O conceito de inclusão é muito recente, se comparado à trajetória de séculos de exclusão vivenciados pelas Pessoas com Deficiência. É possível perceber que ao longo dos séculos houve diversas mudanças conceituais sobre a deficiência e sobre o tratamento dispensado pela sociedade às pessoas que apresentavam deficiências. Atualmente, o movimento da inclusão, baseia-se na visão social de um mundo democrático, onde se anseia respeitar os direitos e deveres de todos independente das diferenças de cada um, para que as pessoas com deficiência possam viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida em sociedade em igualdade de oportunidade com as demais pessoas (ANTUNES et al, 2013; DUARTE et al, 2013).

Neste cenário, encontram-se os direitos referentes à educação, que começou a se destacar com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que propôs diretrizes para a oferta na rede regular de ensino do Atendimento Educacional Especializado (AEE) às pessoas com deficiência e, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, onde a educação especial passou a ser reconhecida como uma modalidade de educação escolar (BRASIL, 1988; 1996).

Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, as Instituições de Ensino Superior (IES) devem garantir as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, em todas as suas atividades acadêmicas (BRASIL, 2015). Porém, as IES enfrentam desafios crescentes com a democratização do ensino e o ingresso de alunos com deficiência, e também, com a escassez e a necessidade de formulação de políticas públicas que contemplem ações que avancem para uma educação inclusiva também no ensino superior, que garantam não somente o acesso à instituição de ensino, mas também sua permanência e sucesso acadêmico e profissional (ANTUNES et al, 2013).



Nesse contexto, a Universidade Federal do Pará (UFPA) elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2010 a 2015, com vistas à elaboração e implantação da Política Institucional de Inclusão, coordenada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), criando o Núcleo de Inclusão Social (NIS), por meio da Portaria nº 1416/2012-Reitoria/UFPA, com objetivo de garantir na educação superior à eliminação de barreiras atitudinais, físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social, para universitários com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação, indígenas e quilombolas (NIS, 2015).

Neste sentido, para implementar as ações inclusivas necessárias e construir as estratégias que possibilitem a autonomia e a permanência, dentro da Universidade para as pessoas com ou sem deficiência, no espaço universitário, a equipe do NIS é composta por diversos profissionais, entre estes, o terapeuta ocupacional (NIS, 2015).

A finalidade primordial da Terapia Ocupacional é possibilitar a participação dos indivíduos nas atividades da vida cotidiana, trabalhando para ampliar sua capacidade de se envolverem nas ocupações que desejam e necessitam realizar ou que se espera que elas realizem, como as atividades que envolvem a área educacional. Pois se considera que a participação pode ser facilitada ou restringida pelas habilidades físicas, afetivas e cognitivas do indivíduo, pelas características da ocupação e pelos ambientes físicos, sociais, culturais, atitudinais e por aquilo que está positivado nas leis (CREFFITO, 2015).

Diante disso, o aumento de estudantes com deficiência no ensino superior coloca à Universidade desafios sobre o processo de inclusão, no sentido de responder eficazmente às necessidades dos alunos, pois o contexto universitário promove desafios de aprendizagens, e privar alguém dos desafios universitários é impedir o mesmo de se desenvolver, e não se pode, se aprisionar em uma concepção equivocada de limitação, uma vez que a deficiência é em grande parte aquilo que a estrutura física, os social e de atitude das pessoas impõem aos sujeitos com restrições de suas funcionalidades (ANTUNES et al, 2013).



Embora haja vários debates sobre a inclusão das pessoas com deficiência na educação, se reconhece que os sujeitos envolvidos sofrem todos os tipos de discriminação e de imposição de uma sociedade que os elimina, sendo falsa a concepção de que estão em igualdade de oportunidades (DUARTE et al, 2013). No estudo de Antunes e colaboradores (2013) os alunos com deficiência participantes da pesquisa apontaram como um dos principais fatores inibidores da inclusão a ocorrência de atitudes discriminatórias no contexto universitário.

Mendonça (2013) conceitua as barreiras atitudinais como atitudes fundamentadas em preconceito e estereótipos que produzem a discriminação, que reflete na maioria das vezes, no medo do desconhecimento em como agir adequadamente diante da pessoa com deficiência. Tais atitudes podem se manifestar tanto de forma explícita como, recusar-se a interagir com a pessoa com deficiência, assim como velada, por exemplo, em um tratamento superprotetor, o qual provoca constrangimentos e dificulta a plena participação social da pessoa com deficiência nos ambientes dos quais participa.

Diante disso, compreende-se que para que tais dificuldades não ameacem a permanência de estudantes com deficiência nas instituições de ensino, devem-se instrumentalizar todos os atores envolvidos no processo de inclusão desses alunos, não apenas os docentes, por meio de estratégias como as capacitações, para que estes sujeitos possam compreender os conceitos referentes à pessoa com deficiência, suas demandas e desmistificar mitos ainda presentes, para que possam se relacionar com as pessoas com deficiência com mais naturalidade e segurança no seu dia a dia, pois a formação implica um processo contínuo, que vai além da presença dos sujeitos em cursos, que visem mudar sua ação no processo inclusão. Assim, as capacitações devem permitir a reflexão dos participantes sobre suas crenças e ações, para que possam lidar com as diferenças e com a singularidade (NASCIMENTO, 2009).

Neste sentido, a literatura demonstra que para o sucesso de ações e programas que visem à inclusão de alunos com deficiência se faz necessário o envolvimento de todos os membros da instituição de ensino (professores, alunos, técnicos, serviços gerais, motoristas e outros), pois apresentam papéis específicos e fundamentais,



sendo os sujeitos que convivem diariamente com as dificuldades existentes para inclusão e acesso das pessoas com deficiência (NASCIMENTO, 2009), assim, achou-se pertinente apreender a importância da formação continuada para servidores, condutores de passageiros, como geradora de inclusão para universitários com deficiência.

OBJETIVO

Conhecer a percepção dos condutores de passageiros a respeito do curso de formação continuada sobre pessoa com deficiência e mobilidade reduzida.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, crenças e atitudes, que se inter-relacionam construindo um espaço subjetivo, o lugar mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

De caráter transversal, estritamente descritivo e de campo. A pesquisa transversal descreve os indivíduos de uma população com relação às suas características e suas histórias de exposição a fatores causais suspeitos. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo visa descrever os fatos e fenômenos de determinado contexto (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Enquanto a pesquisa de campo refere-se ao local que o pesquisador vai para realizar seus estudos, para observar e interagir no ambiente natural do sujeito (SPINK, 2003).

A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário semiestruturado contendo 05 (cinco) perguntas discursivas, direcionadas para 08 (oito) motoristas, selecionados de maneira aleatória, que trabalham nos veículos da Universidade Federal do Pará que participaram do “Curso de formação continuada para o transporte de passageiros com deficiência e mobilidade reduzida”, realizado pelo setor de deficiência física e múltipla do Núcleo de Inclusão Social. Todos os sujeitos que aceitaram participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento



Livre e Esclarecido (TCLE). Com o intuito de preservar a identidade dos sujeitos que participaram das entrevistas, cada participante recebeu uma numeração aleatória.

Organizaram-se as informações dos questionários em um quadro síntese, onde as respostas discursivas foram transcritas na íntegra, para análise de conteúdo e obtenção de categorias de estudo, que foram: Dificuldades de atendimento e relacionamento com Pessoas com Deficiência; Relevância das informações ministradas e o seu papel no processo de inclusão.

RESULTADOS

De acordo com os dados coletados, todos os sujeitos da pesquisa são do sexo masculino, com a faixa etária de idade, entre 39 a 47 anos. Referente ao tempo de serviço na Universidade Federal do Para é de 2 a 17 anos. Em sua maioria, (80%) não havia participado de outros cursos sobre transporte de passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida.

Com relação às **dificuldades de atendimento e relacionamento com Pessoas com Deficiência** foram encontrados aspectos relacionados à dificuldade de manter um diálogo com a pessoa com deficiência, conforme indica M7 *“É o diálogo com o deficiente [...] que às vezes ele não quer ajuda”* e M6 *“[o difícil é] a forma de abordar essas pessoas”*. E ainda, a falta de informação de como se portar diante da dificuldade do outro, a maior parte dos indivíduos desconhecia como oferecer ajuda sem constranger o estudante universitário com deficiência ou com mobilidade reduzida, as seguintes falas evidenciam essa dificuldade: *“Acredito que [a principal dificuldade seja] a falta de informações relacionada à mobilidade reduzida”* (M3) e *“Minha dificuldade era como eu poderia oferecer [ajuda] aos mesmos”*.

Rebouças e colaboradores (2011) evidenciam que a dificuldade de acesso das pessoas com deficiência está relacionada não apenas a estrutura física de um determinado local, mas também, o despreparo dos profissionais que atendem essa clientela, o que influencia os estados subjetivos dos profissionais, como o aumento da carga de estresse. M4 identifica que há um aumento do *“estresse do dia a dia”*.



Além disso, de acordo com os servidores, outro fator que dificulta o desempenho de seu trabalho com os sujeitos com deficiência envolve as condições estruturais do ambiente de trabalho, como a inadequação e a dificuldade com o manejo dos equipamentos utilizados nos veículos. Assim relata M6: *“Muitas das vezes o equipamento que conduzimos não são adequados”* e M1 *“[É difícil] o manuseio dos elevadores do circular”*. E ainda da estrutura física da instituição, relatado por M3: *“A acessibilidade no campus ainda é muito deficiente”*.

Outra categoria analisada foi referente à **relevância das informações ministradas** no curso de formação. De acordo com os dados coletados as informações ministradas e a prática vivenciada no curso irão beneficiar o desempenho satisfatório dos participantes no trabalho, pois servirão como subsídios para o desempenho na sua prática cotidiana, M3 relata que *“[...] todas as orientações foram interessantes e importantes pro nosso desempenho junto às pessoas com deficiência (...)”*.

Chimentão (2009) ressalta que a informação e o conhecimento são requisitos indispensáveis para a vida profissional dos sujeitos, possibilitando o encontro de caminhos alternativos e mais adequados para as dificuldades vivenciadas, e também possibilita o desenvolvimento da reflexão crítica da prática que se desenvolve na instituição em que trabalha.

Nos achados de Pacheco e Evangelista (2015) evidenciou-se que os sujeitos que participam de formações continuadas buscam informações que respondam parte de seus anseios referente a temáticas da inclusão das pessoas com deficiência. Os autores ressaltaram que à carência de esclarecimento, treinamento e prática levam a atitudes de discriminação e preconceito.

Observou-se que as informações obtidas pelos indivíduos abarcou dúvidas no atendimento as pessoas com deficiência, conforme a fala de M7: *“Até o momento eu não sabia conduzir o cadeirante, agora com o curso já sei”*. Verificou-se ainda que apesar das orientações ministradas abarcarem todos os tipos de deficiência, a maioria dos sujeitos evidenciaram as orientações quanto ao atendimento e o relacionamento de pessoas com deficiência física, como presente na fala de M4 *“Como conduzir os*



cadeirantes de modo certo” e M2 “Prender a cadeira de acordo como foi realizado no curso”.

No que tange a categoria **papel no processo de inclusão**, os sujeitos no conteúdo de seus discursos se reconhecem como atores no processo de garantia da inclusão e acessibilidade aos universitários com deficiência, pois participam do cotidiano desses alunos, conforme o relato de M3: *“Me vejo de forma muito importante, pois estamos todos os dias em contato com os mesmos”*. Além disso, verificou-se uma satisfação dos sujeitos em prestar uma assistência adequada às necessidades específicas das pessoas com deficiência, ressaltado por M7: *“Já me vejo satisfeito por atender com eficiência e educação”*.

Segundo discute Oliveira (2012) a inclusão somente é efetivada quando ocorre uma troca de afeto e empatia dos sujeitos para com a necessidade do outro, pois os indivíduos são incentivados a se apropriar dos meios necessários para proporcionar ao outro uma experiência positiva no contato diário com sujeitos que em outro momento teve sua austeridade desfigurada com uma representação de menos valia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior ser um direito instituído e garantido pela legislação brasileira, isso não é suficiente para garantir a construção e o desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo, pois a barreira que mais inibe a participação desses sujeitos na instituição de ensino é aquela que envolve a atitude das pessoas.

Nesse sentido, a inclusão pressupõe a organização e aplicação de estratégias para a eliminação de barreiras física e de comunicação e, muito importante, a eliminação de barreiras relacionadas com as atitudes da comunidade universitária uma vez que cada sujeito apresenta papéis específicos e fundamentais para inclusão e acesso das pessoas com deficiência no cotidiano da instituição de ensino.

Diante disso, esta pesquisa torna-se relevante por evidenciar um personagem que faz parte do cotidiano dos alunos com deficiência na universidade, que por vezes é negligenciado: os motoristas do ônibus interno da universidade, que também



precisam de informações que respondam parte de seus anseios e dificuldades referente à temática da inclusão das pessoas com deficiência para que possam atuar de forma eficaz com pessoas com deficiências.

Além disso, compreende-se que a oferta de informações relevantes pode servir não apenas como subsídios para o desempenho na sua prática cotidiana dos sujeitos, mas pode também desencadear mudanças de valores, atitudes e comportamentos, pois estes sujeitos se reconhecem como atores no processo de garantia da inclusão e acessibilidade aos universitários com deficiência.

Assim, ao subsidiar a prática desses profissionais no atendimento e relacionamento com as pessoas com deficiência se favorece vivências positivas entre servidores e alunos com deficiência, onde ambos podem desenvolver uma percepção favorável da inclusão, construída a partir da experiência vivenciada.

Em síntese, a importância da formação para os outros personagens que compõem a universidade, como os motoristas, constituem-se em um campo de reflexão e de trabalho em conjunto de todas as partes para que a inclusão esteja de fato presente no cotidiano da universidade, pois sabe-se que esta área transborda os limites educacionais e por isso há a necessidade de se oferecer esse suporte a estes profissionais para que estes possam continuar proporcionando um serviço de qualidade as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, neste trabalho tão importante que muitas vezes é pouco valorizado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES et al, A. Inclusão no Ensino Superior: Percepções de Professores em uma Universidade Portuguesa. **Psicologia em Pesquisa**, UFJF, v.7, n.2, p.140-150, Jul/Dez. 2013.

BRASIL. Lei nº **9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 de Agosto de 2016.



BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). [versão PDF]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO). **Cartilha Terapeuta Ocupacional e o SUS**. [20--]. Disponível em: <http://www.crefito3.org.br/dsn/pdfs/Cartilha%20-%20t.o.pdf>>. Acesso em: 25 de Agosto de 2016.

DUARTE, E. R. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.** v.19, n.2, Marília, Apr./June, 2013.

MENDONÇA, A., A., S. Escola Inclusiva: Barreiras e Desafios. Revista **Encontro de Pesquisa em Educação**. Uberaba, v. 1, n.1, p. 4-16, 2013.

NASCIMENTO, R., P. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Londrina, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>> Acesso em: 26 de agosto de 2016.

NÚCLEO DE INCLUSÃO SOCIAL (NIS). **Plano de Ação do Núcleo de Inclusão Social – UFPA 2016-2026**. Belém, p.26. 2015. Trabalho não publicado.

PACHECO, D. EVANGELISTA, Y. Programa Arumã/IFAM: Formação Continuada de Professores em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no Interior do Amazonas. **Nexus Revista de Extensão do IFAM**. v.1,n.2,Dez. 2015. p.9-14.

REBOUÇAS et al, C. Pessoa com deficiência física e sensorial: percepção de alunos da graduação em enfermagem. **Acta Paul Enferm.** v.24, n. 1, p. 80-86. 2011.